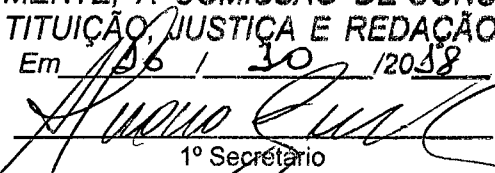




PROJETO DE LEI Nº 434 DE 16 DE outubro DE 2018.

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-  
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-  
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.  
Em 26 / 10 / 2018  
  
1º Secretário

Altera a Lei nº 19.019, de 25 de setembro de 2015, que dispõe sobre controle de frequência do servidor no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 19.019, de 25 de setembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 3º Os servidores portadores de deficiência, necessitados de cuidados especiais, e os que tenham a guarda de filho ou neto portador de deficiência, necessitado de cuidados especiais, ficam sujeitos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, sendo a concessão desse benefício restrita a um dos membros da família, quando mais de um for servidor público estadual. ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em Goiânia, de de 2018.

  
Deputado Francisco Oliveira

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar a Lei nº 19.019, de 25 de setembro de 2015, que dispõe sobre o controle de frequência do servidor no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

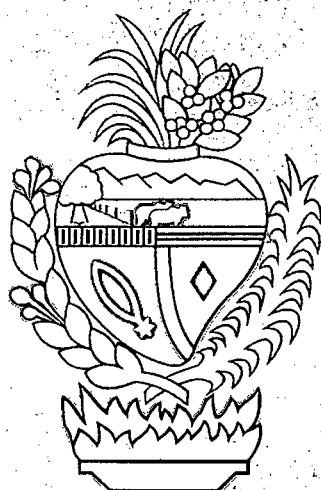
O art. 2º da supracitada lei determina, em regra, que a jornada de trabalho do servidor será de, no máximo, 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais. Por sua vez, o § 3º do art. 2º da lei prevê jornada especial aos portadores de deficiência, necessitados de cuidados especiais e os que tenham filho ou neto portador de deficiência. Segundo o dispositivo esses servidores estão sujeitos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, sendo que no primeiro caso - servidores portadores de deficiência - para usufruírem dessa jornada devem comprovar a prática de atividades físicas, direcionadas ou não.

É justamente esta exigência contida no § 3º do art. 2º o objeto do presente projeto. Isto porque, a realidade é que em função de dificuldades com mobilidade e transporte, nem todos os servidores com deficiência praticam atividades físicas regularmente.

A lei, ao condicionar a jornada reduzida aos servidores com deficiência à prática de atividades físicas, impõe um ônus ao servidor, limitando o seu direito à jornada especial, indo de encontro ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) que determina que as pessoas jurídicas de direito público e privado são obrigadas a garantir ambiente de trabalho inclusivos, sendo vedada qualquer restrição ou discriminação.

Atualmente, os estatutos de servidores públicos preveem jornada reduzida aos que possuem deficiência física sem a imposição de qualquer restrição, tratando-se de dispositivo eminentemente humanitário e que visa de algum modo compensar a desvantagem natural que o deficiente apresenta com relação ao servidor não deficiente. Entendemos que a imposição de qualquer condição ao servidor deficiente para fazer jus à jornada especial é ilegal e conflitante com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Pelo exposto, pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos ilustres Pares para aprovação dessa importante matéria.



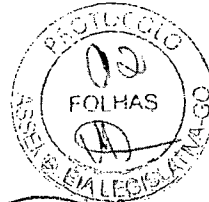
**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO  
**2018004653**

Autuação: 16/10/2018  
Projeto : 434 - AL  
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
Autor: DEP. FRANCISCO OLIVEIRA  
Tipo: PROJETO  
Subtipo: LEI ORDINÁRIA  
Assunto: ALTERA A LEI Nº 19.019, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015, QUE  
DISPÕE SOBRE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO SERVIDOR NO  
ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E  
FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO.



PROJETO DE LEI Nº 434 DE 16 DE outubro DE 2018



À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-  
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-  
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.  
Em 16 / 10 / 2018  
1º Secretário

Altera a Lei nº 19.019, de 25 de setembro de 2015, que dispõe sobre controle de frequência do servidor no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei: \_

Art. 1º A Lei nº 19.019, de 25 de setembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 3º Os servidores portadores de deficiência, necessitados de cuidados especiais, e os que tenham a guarda de filho ou neto portador de deficiência, necessitado de cuidados especiais, ficam sujeitos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, sendo a concessão desse benefício restrita a um dos membros da família, quando mais de um for servidor público estadual. ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em Goiânia, de de 2018.

Deputado Francisco Oliveira

## JUSTIFICATIVA



O presente projeto de lei tem como objetivo alterar a Lei nº 19.019 de 25 de setembro de 2015, que dispõe sobre o controle de frequência do servidor no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.



O art. 2º da supracitada lei determina, em regra, que a jornada de trabalho do servidor será de, no máximo, 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais. Por sua vez, o § 3º do art. 2º da lei prevê jornada especial aos portadores de deficiência, necessitados de cuidados especiais e os que tenham filho ou neto portador de deficiência. Segundo o dispositivo esses servidores estão sujeitos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, sendo que no primeiro caso - servidores portadores de deficiência - para usufruírem dessa jornada devem comprovar a prática de atividades físicas, direcionadas ou não.

É justamente esta exigência contida no § 3º do art. 2º o objeto do presente projeto. Isto porque, a realidade é que em função de dificuldades com mobilidade e transporte, nem todos os servidores com deficiência praticam atividades físicas regularmente.

A lei, ao condicionar a jornada reduzida aos servidores com deficiência à prática de atividades físicas, impõe um ônus ao servidor, limitando o seu direito à jornada especial, indo de encontro ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) que determina que as pessoas jurídicas de direito público e privado são obrigadas a garantir ambiente de trabalho inclusivos, sendo vedada qualquer restrição ou discriminação.

Atualmente, os estatutos de servidores públicos preveem jornada reduzida aos que possuem deficiência física sem a imposição de qualquer restrição, tratando-se de dispositivo eminentemente humanitário e que visa de algum modo compensar a desvantagem natural que o deficiente apresenta com relação ao servidor não deficiente. Entendemos que a imposição de qualquer condição ao servidor deficiente para fazer jus à jornada especial é ilegal e conflitante com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Pelo exposto, pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos ilustres Pares para aprovação dessa importante matéria.

3



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Jean

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 18/10 /2018

Presidente: [Handwritten Signature]

*manifesto-me pela APROVAÇÃO da  
presente proposta de lei.*

*30/10/2018*

*[Handwritten Signature]*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 4653/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 27 / 11 / 2018.

Presidente: